

Campanha Salarial dos
Trabalhadores das Financeiras
e Cooperativas de Crédito 2006

Patrões ignoram proposta de acordo na DRT

Não houve acordo na mediação realizada no dia 31 de outubro, na sede da Delegacia Regional do Trabalho, entre os representantes dos trabalhadores e o sindicato patronal das financeiras do Rio Grande do Sul. Além de atrasarem por mais de 30 minutos no horário agendado, os patrões desrespeitaram o órgão federal e não aceitaram a proposta de mediação, que contempla as reivindicações da categoria.

Uma nova rodada de negociações está marcada para o dia 21, às 14h, na sede da DRT. Após quatro reuniões com a Federação e Sindicatos dos Bancários, o sindicato patronal acena apenas com um reajuste de 2,87%, que é a variação do INPC do período, além de algumas cláusulas discriminatórias.

José Nelson Leal, presidente do sindicato patronal, ignorou a representatividade da Fenacrefi, que no dia 24 de outubro, em São Paulo, aceitou conceder o índice dos bancários, ou seja, reajuste de 3,5% e uma participação nos lucros e resultados de 80% do salário mais uma parte fixa de R\$ 1 mil.

Leal disse que algumas financeiras estão com os balanços no vermelho e ao conceder o reajuste pleiteado, muitas instituições correm o risco de quebrar e fechar as portas.

Os representantes dos trabalhadores discordam da justificativa dada por Leal e salientam que as empresas gaúchas podem atender às reivindicações da pauta da categoria.

A campanha salarial teve início no dia 20 de julho com a entrega da pauta de reivindicações. A data-base dos financiários no RS é 1º de agosto.



José Leal (primeiro à esquerda) desprezou reivindicações da categoria durante mediação na DRT

Veja a proposta de acordo apresentada na DRT:

Reajuste salarial - 8,5% conforme índice do piso regional;
Cesta-alimentação - R\$ 50,00
Auxílio-creche - R\$ 50,00;
Renovação das demais cláusulas

Compare com a proposta discriminatória das financeiras:

– Conceder cesta alimentação apenas para as empresas que mantenham mais de 75 funcionários. O valor proposto é de no mínimo R\$ 50,00.
– Alteração no plano de saúde de 50 para 100 empregados para a obrigatoriedade de contratação.
– Outra proposta vergonhosa é a que se refere ao auxílio creche/auxílio-babá aos empregados. Somente as instituições que tiverem mais de 30 mulheres reembolsariam o valor mensal de R\$ 50,00, para cada filho, até a idade de 83 (oitenta e três) meses.